

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Sexualidade e ciência: análise da Revista Brasileira de Sexualidade Humana

Porto Alegre

2022

MARIANA MARÇAL RYBARCZYK

Sexualidade e ciência: análise da Revista Brasileira de Sexualidade Humana

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial obrigatório à obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Prof^a Paula Sandrine Machado

Orientadora

Doutoranda Sara Caumo Guerra

Co-orientadora

Porto Alegre

2022

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
SEXUALIDADE.....	7
O CAMPO DA SEXOLOGIA.....	10
SBRASH E RBSH.....	15
OS ARTIGOS.....	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32

INTRODUÇÃO

O trabalho em saúde visa o alcance de uma vivência saudável do sujeito; logo, a atuação no campo da Sexologia busca a vivência de uma sexualidade saudável. Mas o que é uma sexualidade saudável? Há consenso sobre isso?

A ciência é uma importante forma de produção de conhecimento, o qual é utilizado para múltiplos fins, como por exemplo basear a atuação dos profissionais, pensar políticas afirmativas, informar a população etc. Para pensar e atuar profissionalmente com questões da sexualidade, então, é preciso entender o que é considerado como sexualidade saudável para a ciência. Com este trabalho, busca-se compreender as perspectivas sobre sexualidade na ciência atualmente, quais as intervenções que estão sendo trabalhadas na sexologia e o que a ciência almeja alcançar através delas na vivência dos sujeitos. Com o objetivo de responder a estes questionamentos, é preciso analisar o que e como a sexualidade está sendo pensada pela ciência. O que e como está sendo produzido o conhecimento científico sobre ela? O que está sendo estudado no tema, o que é relevante em sexualidade para a ciência? Quais as perspectivas sobre a sexualidade e o que é buscado como sexualidade saudável? Quais são as áreas profissionais que participam da produção desse pensamento, sobre o que elas falam e como está acontecendo o debate entre elas, como elas conversam?

Para pensar essas questões sobre o olhar da ciência sobre a sexualidade, foi realizada a análise de um recorte da Sexologia no Brasil: as publicações na Revista Brasileira de Sexualidade Humana (RBSH), principal órgão de divulgação da Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH). A SBRASH é uma associação relevante no campo da Sexologia no Brasil, que promove cursos, eventos, publicações e outros materiais sobre sexualidade, abrangendo diversas áreas profissionais envolvidas na Sexologia. Além disso, a associação participou da história de formação da sexologia no Brasil e proporciona qualificação de profissionais para atuarem na área. Pela importância no campo e pela multidisciplinaridade da SBRASH, a Revista Brasileira de Sexualidade Humana foi analisada para pensar o olhar da produção científica sobre a sexualidade no campo da Sexologia no Brasil.

O dia 4 de setembro foi escolhido pela World Association of Sexual Health (WAS) para celebrar anualmente o Dia Mundial de Saúde Sexual, no qual são realizadas ações socioeducativas, artísticas e culturais para promover uma maior consciência social

da saúde sexual de crianças, jovens e adultos. No ano de 2020, durante o contexto de pandemia, “o prazer sexual em tempos de Covid-19” foi a temática escolhida pela Associação. A SBRASH organizou o evento no Brasil com encontros virtuais que se estenderam pelo período de 18 dias, com profissionais de diversas áreas, como psicólogos, ginecologistas, urologistas, fisioterapeutas, psiquiatras, educadores, filósofos e jornalistas. Os encontros promoveram a discussão da sexualidade em variados aspectos: “prazer sexual a dois; solteiros; autoerotismo; estímulos sexuais; pornografia; prazer sexual na diversidade; sexualidade e alcoolismo; arte erótica; educação em sexualidade; anorgasmia; qualidade de vida e prazer sexual; disfunção erétil; sexo modificado; sexo parafilico; prazer incrementado; relação amorosa e desejo sexual do casal; bem-estar e a sexualidade na visão da psiquiatria; a saúde do homem; psicologia da sexualidade e a abordagem multidisciplinar; quantidade e qualidade de relação sexual na atualidade; sexualidade dos jovens na pandemia; desafios da população LGBTQI+; violência sexual na pandemia e sexo virtual.” (Revista Brasileira de Sexualidade Humana, ?).

O tema do evento internacional foi escolhido considerando o contexto específico em que o mundo se encontrava: os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do covid-19 e, por questões de segurança recomendadas pela OMS, nos vimos em época de distanciamento social e isolamento, incluindo situações de quarentena adotadas. Dentre as recomendações decretadas pelo Conselho Nacional de Saúde em 2020 para evitar o contágio pelo vírus e diminuir a sua velocidade de propagação, encontramos a implementação do distanciamento social, a utilização de máscaras e medidas de lockdown (Conselho Nacional de Saúde, 2020).

Em um cenário de isolamento, como relacionar-se com as pessoas à distância? Como viver a sexualidade quando há risco de contágio do covid-19 na proximidade com o outro? A pesquisa Sexvid, coordenada por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores docentes, está investigando as práticas sexuais em diferentes populações e grupos no contexto da pandemia do covid-19. A pesquisa busca identificar e compreender as possíveis mudanças nas experiências e formas de viver a sexualidade, considerando as medidas de distanciamento social. Ao entrar em contato com o andamento da pesquisa, através da professora e coordenadora da pesquisa Paula Sandrine Machado, foi perceptível a importância de considerar este momento para compreender a conjuntura dos estudos sobre sexualidade, pois foi um acontecimento que exigiu medidas diretas sobre as relações das pessoas. Portanto, para entender o cenário atual do campo sexológico, é

preciso considerar a importância desse período de pandemia. Por isso, foram escolhidas para a análise as edições publicadas durante o período mais intenso da pandemia.

Considerando a relevância da SBRASH para a sexologia no Brasil e a influência da pandemia, foi realizada a análise das edições 2020/2, 2021/1 e 2021/2 da Revista Brasileira de Sexualidade Humana como um recorte do campo da sexologia no Brasil atual. Como foi o olhar da Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana sobre a sexualidade, por meio da produção científica, durante o período da pandemia?

Dentro deste material, estão inclusos: trabalhos de pesquisa, artigos opinativos/revisão, estudos de caso, resenhas e entrevistas. Primeiramente, foi feita uma contextualização da história da sexologia – contexto internacional e nacional – para entender de onde estamos partindo, que parte da história a pesquisa está estudando. Então, é analisado nos artigos: quais os principais objetos de pesquisa que estão aparecendo nas publicações desse período, profissionais de que áreas estão publicando os artigos na revista e qual a perspectiva de cada uma sobre a sexualidade, as convergências e divergências, quais os métodos utilizados e como se dá o diálogo entre elas. Os dados foram analisados buscando identificar o que é relevante neste momento dentro do campo da sexologia para uma instituição expressiva na área no Brasil, quais áreas são mais ouvidas no campo, os profissionais e os métodos que possuem credibilidade nas pesquisas para serem publicados na revista. Desse modo, podemos pensar quais os discursos sobre sexualidade que estão sendo propagados pela revista e como funciona o debate entre as diversas áreas que pesquisam a sexualidade. Assim, busca-se contextualizar a SBRASH dentro do panorama do campo da sexologia no Brasil e pensar sobre esse importante núcleo de produção e divulgação científica da sexualidade humana.

SEXUALIDADE

A OMS (2015) reconhece a sexualidade como um direito humano e como um dos pilares da qualidade de vida, assim como promove uma sexualidade saudável através dos conceitos de autonomia, bem-estar e proteção dos direitos humanos.

Saúde sexual é um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade; não é apenas ausência de doença, disfunção ou enfermidade. Saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa com a sexualidade e relações sexuais, assim como a possibilidade de ter experiências prazerosas e seguras, livre de coerção, discriminação e violência. Para saúde sexual ser mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas têm que ser respeitados, protegidos e cumpridos. (OMS, 2015)

Para alcançar a saúde sexual, é necessário que a população tenha acesso à informação de qualidade sobre sexualidade, conhecimento dos riscos e das consequências adversas da atividade sexual, além de oportunidades de apoio social e ambiente que afirme e promova a saúde sexual de todos, o que inclui programas de aconselhamento e comunicação (OMS, 2015). Assim, a noção de saúde sexual depende de informação e conhecimento sobre sexualidade, e uma forma importante de produção desse conhecimento é por meio da ciência. Além disso, supõe-se que tal conhecimento seja transmitido através de formas de comunicação e por políticas afirmativas baseadas nessas informações. Mas o que seria, então, a sexualidade em que são baseadas essas informações?

Segundo a própria OMS, a sexualidade é um aspecto da humanidade que abrange sexo, identidades de gênero e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. Ela é experienciada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas e relacionamentos. Além disso, é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos e religiosos. Podemos perceber, então, o caráter multifatorial da sexualidade, perpassando múltiplas dimensões; sendo assim, a sexualidade pode ser estudada pela comunidade científica através de diferentes condições analíticas. Essas condições podem variar, por exemplo, considerando a época, a cultura, a área profissional; pode ser analisada por uma concepção biológica, psicológica, filosófica, antropológica, sociológica; além disso, ainda é possível combinar áreas de saber, criando novas percepções. Novais Reis (2020) cita três campos específicos que representam condições analíticas da sexualidade: sociocultural, biológico e psicológico – e que “esses campos se encontram interdependentes, podendo influenciar-se mutuamente” (p. 7). Novais Reis aponta como a psicanálise tem uma concepção teórica ligeiramente diversa

da visão produzida pela sexologia e também de outras perspectivas como a filosofia e a sociologia. Os conceitos inicialmente desenvolvidos por Freud nos Três ensaios sobre a sexualidade (1905) inauguraram uma nova compreensão da sexualidade humana na época e baseiam a visão da teoria psicanalítica até hoje. Para a psicanálise, a sexualidade está muito além do instinto sexual: ela está ligada a uma função corpórea mais abrangente, vinculada às pulsões e visa primordialmente a satisfação. A pulsão é, como diz Freud (2006h, p. 142), “[...] o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo”, ou seja, a pulsão é um estímulo que se origina no interior do organismo e atua como força constante sobre o psiquismo. Portanto, a noção de sexualidade da psicanálise abrange o corpo biológico, porém difere consideravelmente da noção de outras áreas voltadas para a fisiologia e o puro funcionamento do aparelho genital, fatores que também participam da influência sobre a sexualidade. Tal perspectiva da psicanálise está inclusa no que Rohden (2009) batiza de “sexologia humanista”, a qual é “mais enraizada nos saberes psicológicos e centrada no reconhecimento da sexualidade como foco de realização pessoal, autoconhecimento e satisfação individual”, se distinguindo de uma “sexologia científica”, “calcada nos parâmetros metodológicos da ciência e na prática e autoridades médicas” (Rohden, 2009). Essas duas vertentes se tensionam e debatem entre si, ganhando e perdendo espaço na ciência, influenciando nas reflexões e conceituações de sexualidade e, assim, nas práticas e intervenções sobre ela.

O debate da ciência sobre sexualidade, portanto, é marcado pelas diferentes visões sobre ela, as quais também foram e são fortemente influenciadas pela cultura e contextos históricos. Como afirma Rohden (2009), “As tensões políticas e a variação dos contextos histórico-culturais tiveram fortes influências no desenvolvimento da pesquisa, das intervenções e da aceitação de novas referências sobre a sexualidade.” A própria OMS, antes de chegar aos conceitos descritos anteriormente, passou por um processo de conceituação da saúde sexual influenciado por contextos culturais e políticos, empregando diferentes significações ao longo dos anos. Giami (2007) realizou uma revisão histórica dos documentos elaborados pelas organizações mundiais e serviços de saúde de diferentes países para analisar os conceitos de saúde sexual. O autor aponta que esses discursos organizam as intervenções na saúde pública no âmbito da sexualidade e

que o conceito utilizado pela OMS e por um certo número de organizações é empregado para desenvolver programas de intervenções educativas e preventivas sobre sexualidade.

É possível afirmar, portando, que as práticas e intervenções em sexualidade na área da saúde são determinadas pelos discursos sobre a mesma, os quais são influenciados por diversos fatores. Assim, para pensar sobre uma vivência sexual saudável dentro da ciência, é preciso analisar justamente os discursos sobre a sexualidade que a ciência aciona. O próprio emprego da palavra “sexologia” para designar a ciência da sexualidade, embora seja um termo tradicional para este conhecimento e modos de intervenção, não é algo consensual dentro do campo.

Há alguns anos assistimos a uma evolução dos conceitos utilizados no campo da sexologia. Assim, o conceito de « sexualidade » - que, é importante lembrar, é uma invenção da medicina e da biologia europeia do século XIX – vem sendo substituído, por um lado, pelos conceitos de « função sexual » e de « disfunções sexuais », que remetem à dimensão anátomo-fisiológica e à patologia sexual; e por outro, pelo conceito de « saúde sexual », por sua vez ligado ao de « direitos sexuais ». Os conceitos de « saúde sexual » e de « direitos sexuais » estão igualmente inscritos na tradição da saúde pública e dos direitos humanos. (GIAMI, 2009)

Vimos as definições da OMS descrevendo a “saúde sexual”, já a SBRASH e sua revista carregam o termo “sexualidade humana”, enquanto a instituição ABEMSS utiliza “medicina sexual” para descrever sua área de estudo (veremos no capítulo “A SBRASH e a RBSH”). Cada termo referencia um discurso diferente acerca da sexualidade na ciência, marcando sua posição em um campo disputado, como veremos no capítulo a seguir.

O CAMPO DA SEXOLOGIA

Como visto no capítulo anterior, é possível perceber diferentes perspectivas sobre sexualidade na comunidade científica, que influenciaram em como ela foi e é tratada. Analisando a história da sexologia, podemos compreender melhor a história percorrida e contextualizar onde nos encontramos hoje.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a sexualidade foi posta como objeto de uma série de debates, o que tornou esse período o palco do início da ciência da sexualidade, que seria batizada de “Sexologia” (Bejin, 1987). Nesse primeiro momento, o debate girava em torno da homossexualidade e centrava-se principalmente na Alemanha, pois era movido pelo combate à seção 175 do código penal da Prússia, o qual criminalizava a prática da sodomia. A criminalização da sodomia relaciona-se ao entendimento desta como uma perversão e, ao tentar reverter esta criminalização, o debate adentrou a área da medicina, buscando tratar a questão não mais como jurídico-legal, mas como médica. Luiz Fernando Dias Duarte (1989) relembra esse momento citando o livro *Psychopathia Sexualis*, do psiquiatra alemão Richard von Krafft Ebing, como marco do início do debate sexológico. Nesse livro, Krafft Ebing buscou elaborar um manual de psicopatologia sexual, listando diversos comportamentos sexuais que desviavam da norma de sua época, dentre eles: sadismo, masoquismo, fetichismo, exibicionismo, sexualidade antipática (sentimento sexual contrário), pedofilia e zoofilia. Duarte analisa que o referido livro, publicado em 1886, estabeleceu a homossexualidade – intitulada de “sexualidade antipática” e “sentimento sexual contrário” – como perversão central da obra, pois seria a mais distante da determinação orgânica e mais próxima das funções da consciência e da moralidade. O livro teve enorme sucesso comercial e o autor Krafft Ebing recebeu diversas cartas de leitores, alguns afirmando seu alívio em se encontrar nas categorias descritas, outros alegando felicidade com a condição e porque não se consideravam doentes ou criminosos.

Considerando o debate com seus leitores, Krafft Ebing aproximou-se do movimento de reforma sexual e assinou a petição contra o código penal alemão, virando uma figura de autoridade científica para o movimento de protesto dos chamados “invertidos” (Oosterhuis, 1997). A petição assinada por Krafft Ebing foi lançada pelo Comitê Científico Humanitário, criado por Magnus Hirschfeld, homossexual e importante figura do movimento pela reforma sexual. Hirschfeld iniciou plataformas de publicação de artigos sobre sexologia, incluindo “Moral sexual ‘civilizada’ e a doença

nervosa moderna” de Freud. Hirschfeld fundou o Instituto da Ciência Sexual e a Liga Mundial para a Reforma Sexual, a qual realizou quatro congressos internacionais e promovia educação sexual, questões de igualdade sexual de homens e mulheres e reformas de leis, como as de casamento e divórcio, do aborto e de delitos sexuais.

Assim, o início da sexologia fundia questões políticas e questões médicas, que influenciavam a sexualidade por meio de leis e debates públicos como também pela intervenção médica, classificação e medicalização das pessoas. Russo (2011, p. 117) identificou este período como uma primeira onda da sexologia, em que “a medicalização da sexualidade não se opunha necessariamente à sua politização, ao contrário, os dois processos praticamente se fundiam num só”. Russo diferencia essa primeira onda de uma segunda onda da sexologia, pois a Alemanha, onde estava centrado esse debate, passa a sofrer com a ascensão do nazismo nos anos 1930. Neste período, as pessoas envolvidas no estudo da sexualidade foram perseguidas e os livros e publicações foram banidos. A segunda onda da sexologia descrita por Russo, então, foi iniciada após a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos.

Se na primeira onda da sexologia o foco estava na patologização das práticas que desviavam da norma heterossexual da época, na segunda onda os chamados de “invertidos” não tinham a mesma atenção. A segunda onda da sexologia não se preocupava com as consideradas “perversões”: toda a atenção estava voltada à sexualidade considerada normal, ou seja, a conjugalidade heterossexual. A preocupação neste momento é com uma performance sexual ideal e, por isso, o inimigo é identificado como o mau funcionamento sexual. Assim, foi inaugurado um conjunto de transtornos chamados de “disfunções sexuais”. É neste contexto que emergiu este novo especialista: o terapeuta sexual ou sexólogo, que buscava tratar as disfunções sexuais e levar o casal a atingir a tal performance considerada ideal. A terapia era realizada por um terapeuta geralmente psicólogo, o qual seguia um tratamento comportamental para o casal com tarefas a cumprir.

O sexólogo (o “orgasmólogo”) contemporâneo se preocupa apenas de maneira secundária com o que poderíamos chamar de perissexualidade (contracepção, gravidez, aborto, doenças venéreas). Os “desvios”, as “perversões” sexuais não estão mais no centro de sua problemática e não poderiam, em sua opinião, justificar alarmes imoderados. No limite, para ele, pouco lhe importa o desvio, o alvo de sua caça é a disfunção. Sua missão imperiosa: a aniquilação dessas perturbações, por vezes irrisórias, mas frequentes, da sexualidade “comum” (Béjin, 1987:213).

Béjin (1987) explica que esta segunda onda da sexologia elabora uma norma de “orgasmo ideal” como objeto fundamental e que o primeiro estudo de Alfred Kinsey em 1948 ajudou a concretizar o orgasmo como problema central dos sexólogos modernos. São criadas e difundidas instituições de ensino e clínicas especializadas para atender a demanda, pois a clientela dos sexólogos aumentava consideravelmente, uma vez que antes eram apenas os “pervertidos” que não atingiam a norma e, neste momento, são todos os casais que potencialmente não atingiriam a performance considerada ideal (Béjin, 1987).

Não se está mais produzindo identidades desviantes ou definindo novos sujeitos na cena pública (como foi o caso, por exemplo, da homossexualidade), mas alargando e pavimentando o caminho para a construção médico-psicológica da performance sexual como ideal de saúde e bem estar. Não basta mais fazer parte de um casal heterossexual “normal”, como no tempo de Ellis e Hirschfeld, é preciso perseguir uma performance sexual considerada ideal. (RUSSO, 2011 p. 180).

Com o foco na performance e tratamento das disfunções sexuais, a sexologia no pós-guerra ganha um viés naturalista e comportamental, que via a sexualidade como um fenômeno puramente natural e biológico, independente do contexto social, cultural ou político, diferente da abordagem na primeira onda. Como observa Russo (2011), a concepção naturalista de Hirschfeld e de seus colegas da primeira onda possuía um inegável viés político, pois “se construiu em oposição à concepção jurídica e moral que criminalizava comportamentos ‘perversos’”, enquanto, no caso da segunda onda, a visão materialista/naturalista para uma construção de “uma fisiologia da ‘função sexual’”. Entretanto, a tentativa de despolitização também é um movimento político, como a autora percebe, visto que traz consequências para o modo de ver e compreender o objeto em análise – no caso, a sexualidade. Este contraponto é ainda mais perceptível considerando o contexto histórico e social do pós-guerra: as décadas de 60 e 70 foram marcadas pelo movimento de contracultura, que implicava em contestação política, social e cultural. Em meio aos questionamentos da autoridade patriarcal e governamental, crescia a luta política dos grupos marginalizados que não estavam na norma masculina branca heterossexual, como o feminismo e movimento homossexual. Entretanto, o discurso neutralizante da medicina vinha a contraponto, influenciando em como a sexualidade era tratada e, assim, como os sexólogos atuavam. Russo (2011) exemplifica esse momento com dois eventos cronologicamente próximos: a retirada da homossexualidade da lista dos “desvios sexuais” no DSM II em 1973 e a incorporação no mesmo da lista proposta por Masters e

Johnson, a qual apresentava o conjunto de disfunções sexuais como transtornos psicosexuais, em 1980.

É a esta politização que contraponho a despolitização levada a cabo pela segunda sexologia. Despolitização que atinge a sexualidade “normal” ou *mainstream*, que passa a ser objeto de intenso escrutínio e vigilância. À intensa politização da diversidade sexual corresponde, portanto, uma não menos intensa psicologização e medicalização da heterossexualidade. (RUSSO, 2011, p. 180)

Nos anos 70, a sexologia focou com mais intensidade nas disfunções sexuais, principalmente masculinas. Além disso, ocorreu a mudança de denominação de “impotência” para “disfunção erétil”, o que demonstrou de forma mais explícita o caráter fisiológico dessa nova perspectiva, eliminando o caráter psicológico e relacional da sexualidade. Esse contexto se estendeu e, nos anos 90, foi patenteado e comercializado o medicamento Viagra, que teve enorme sucesso de vendas e, mais tarde, seria incentivado como uma “droga de estilo de vida” ou “medicamento de conforto”, como chamado por Rohden (2009), destinados à performance individual. Associações sobre disfunção sexual, como a International Society for Sexual and Impotence Research, mudaram de nome para “medicina sexual”. Assim, surge a medicina sexual, baseada em medicalização para disfunções fisiológicas. Russo (2011) analisa como o surgimento de uma terceira onda da sexologia, caracterizada pela medicina sexual, a qual “surge, portanto, como uma espécie de ramo da urologia, na esteira do sucesso dos medicamentos lançados para disfunção erétil.” (p. 17, 18).

Na primeira década do século XXI, a medicalização da sexualidade continuava prevalecendo no campo, influenciada por uma perspectiva fisiológica da sexualidade que centralizava o debate profissional e com fortes laços com a indústria farmacêutica. Leonore Tiefer (2006) apontou que o processo de medicalização da sexualidade seguiu relacionado com uma “farmacologia sexual”, para além da criação dos sistemas classificatórios: iniciando a institucionalização e profissionalização da medicina sexual, contando com o suporte de organizações, conferências, centros de treinamento, jornais científicos, clínicas e departamentos médicos. Rohden descreve em 2009 que, “desde o lançamento oficial do Viagra, em 1998, temos assistido à consolidação de uma nova era no processo de medicalização da sexualidade, em muito orientada pela presença da indústria farmacêutica” (p. 89). Entretanto, já era possível neste período visualizar o crescimento de um movimento de crítica a essa perspectiva. Este movimento partia de uma vertente mais política do campo da sexologia, trazendo uma dimensão social para o

debate, principalmente sobre questões de gênero e o atravessamento das normas de gênero na relação entre a produção científica e o contexto social. Como observa Rohden, houve:

um crescente investimento na crítica ao movimento de construção de novas normas sexuais baseadas na noção compulsória de melhor desempenho. O desafio que permanece é exatamente articular essas três dimensões que, juntas, nos permitirão uma compreensão mais aprofundada dessa nova era de discursos e práticas que está se constituindo em torno do sexo. (ROHDEN, 2009, p. 106)

Russo (2011), no início da segunda década do século XXI, aponta a medicina sexual como um dos polos da sexologia, pois estava presente esta outra vertente que trazia outras dimensões da sexualidade a serem pensadas, e que esta mudança foi fruto dos movimentos sociais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. A autora exemplifica a questão com a mudança da World Association for Sexual Health (WAS), que iniciou em 1978 com a pretensão de divulgação e avanço de uma ciência da sexualidade e adquiriu uma concepção “mais militante”.

Por isso, a partir da segunda década do século XXI, a sexologia não é considerada como um campo unitário. As diferentes dimensões da sexualidade complexificaram o debate científico, no qual é possível perceber nuances tanto do seu viés mais próximo da fisiologia e medicina quanto de seu viés mais político, social e educacional. Assim, é possível traçar um espectro com estes dois polos, em que diferentes perspectivas passaram a dialogar na produção científica.

SBRASH E RBSH

No Brasil, o campo da sexologia também manifestou intensamente a polarização que tensionava a ciência e colaborava para uma sexologia multiprofissional. Nos anos 1970, já era perceptível essa divisão, indicada pelo viés clínico estabelecido no Rio de Janeiro e pelo viés educacional em São Paulo (Russo, 2009). Na década seguinte, dentro deste contexto, nascia a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH).

O início desse movimento foi marcado pela formação do Núcleo de Sexologia da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio de Janeiro (SGORJ), que surgiu de um interesse em comum dos seus fundadores pelas ideias de Masters e Jonhson, precursores da terapia sexual. Os fundadores da SGORJ consistiam na união de dois grupos: médicos ginecologistas e psicólogos da Terapia Comportamental. Assim, o início da estruturação desta sexologia no Brasil foi fruto da junção entre a medicina (mais especificamente a ginecologia e a obstetrícia) e a psicologia.

Nos anos 1980, a Comissão Nacional Especializada em Sexologia da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASCO) organizou Encontros Nacionais de Sexologia e, no encontro de 1987, ocorreu a assembleia de formação da SBRASH. Logo, o encontro de 1989 foi transformado no I Congresso da SBRASH. A SBRASH nasceu como uma resposta à tensão da polarização que ocorria dentro da própria instituição, visto que a Comissão da FEBRASGO começou a resistir à vinculação dos profissionais não-médicos na Federação, como psicólogos e educadores. “A fundação de uma sociedade multiprofissional foi a saída encontrada para a questão entre a subordinação à medicina e a autonomização da especialidade, que continuará a atravessar o campo” (Russo, 2009, p. 624). Portanto, a SBRASH é um órgão relevante para analisar a perspectiva da ciência sobre a sexualidade no Brasil, visto que abrange a multiplicidade profissional envolvida e espelha a articulação entre as áreas que tensiona a história deste campo.

Outra associação expressiva no campo da sexologia e que fez parte da sua história no Brasil é a Associação Brasileira de Estudos em Medicina e Saúde Sexual (ABEMSS). No entanto, a ABEMSS está orientada substancialmente para a medicina, com foco principal no diagnóstico de disfunções sexuais, seu tratamento e prevenção, como o próprio site da associação expõe. A instituição iniciou sua história na década de 1980

como Associação Brasileira para o Estudo da Impotência (ABEI), constituída majoritariamente por urologistas; em 2003, o nome foi alterado para Associação Brasileira para o Estudo das Inadequações Sexuais (ABEIS). Enquanto ABEIS, a instituição dedicava-se à medicalização da sexualidade, atentando principalmente para a disfunção erétil e outras disfunções masculinas como a deficiência androgênica. Na gestão 2017-2019, foi iniciado um projeto de reformulação, explicado pela própria instituição como uma ampliação com o objetivo de incluir outras áreas de conhecimento e aspectos não-médicos da sexualidade. O novo projeto, que alterou o nome da associação para o atual, busca transformar a ABEMSS em uma associação plural que seja representante brasileiro da medicina e saúde sexual. Ainda que tenha iniciado esse movimento de ampliação, a associação é essencialmente formada por profissionais da medicina e dedicada ao conhecimento produzido por esta área, principalmente na questão das disfunções sexuais.

A SBRASH participou do início da institucionalização acadêmica do campo no Brasil, com a criação do curso de especialização em sexologia, que abriu caminho para o único mestrado em sexologia que havia no país (de 1994 a 2005), o qual abrangia três áreas: sexologia clínica (reservada para psicólogos e médicos), sexologia educacional e sócio-sexologia. Além disso, passou a oferecer a partir de 2003 o Título de Especialista em Sexualidade Humana, por avaliação de diplomas e concurso.

Sendo assim, a SBRASH (Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana) é peça importante da história da Sexologia no contexto brasileiro, sendo pioneira em cursos de especialização na área e, assim, responsável pela formação de considerável número de profissionais que atuaram e/ou atuam no campo da Sexologia no Brasil. Hoje, a SBRASH é uma associação relevante no desenvolvimento de atividades científicas do meio, como pesquisas, verificação de periódicos, promoção de suporte técnico às instituições, participação em eventos, incentivo a publicações de livros e revistas sobre sexualidade, oferecimento de cursos de qualificação profissional na área, entre outros. A SBRASH conta com um público expressivo e diversificado, significante por representar uma perspectiva relevante sobre o campo da sexualidade no Brasil, e a Revista Brasileira de Sexualidade Humana é seu órgão oficial de divulgação científica.

Segundo o site da SBRASH, a Revista foi criada em 1990 para ser um órgão de divulgação de pesquisas e opiniões de autores nacionais e estrangeiros, com o objetivo de promover o acesso aos estudos sobre sexualidade. A Revista busca abranger diversas

áreas do conhecimento relacionadas à sexualidade e atingir não só a comunidade científica, mas também o público leigo. Sua periodicidade é semestral, tendo suas primeiras edições publicadas em suporte impresso até 2008, quando iniciou a publicar somente em suporte eletrônico.

O processo de avaliação para a publicação na revista consiste em avaliação duplo-cego, ou seja, tanto os avaliadores quanto os autores têm a identidade omitida. Ao submeter o artigo, é iniciada uma pré-análise baseada nas políticas editoriais e são observados aspectos como estrutura, originalidade e contribuição. Logo, o artigo é encaminhado para a avaliação dos pareceristas, os quais deverão emitir o parecer com a conclusão sobre a publicação do artigo. Caso o artigo “preencha os requisitos de solidez científica, oportunidade de informação e atualidade”, será aceito para publicação; caso haja dúvidas, poderá ser aceito com condições de modificações para maior adequação; ou, se o artigo não preencher os requisitos de interesse da SBRASH, poderá ser recusado. Os artigos aprovados, então, têm seu acesso aberto autorizado por meio da licença Creative Commons; assim, o autor permanece detentor dos direitos autorais e cede a primeira publicação do artigo pela RBSH, além de autorizar sua cópia, distribuição, modificação e comercialização. Nenhuma taxa é cobrada pelo processamento do artigo e nem pelo manuscrito enviado para avaliação. Por fim, os artigos publicados são preservados em um sistema de arquivo distribuído entre as bibliotecas participantes, as quais criam arquivos permanentes da revista.

OS ARTIGOS DA REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Das edições 2020/2, 2021/1 e 2021/2 da Revista Brasileira de Sexualidade Humana, foi realizada a análise dos artigos, resenhas, entrevistas e editoriais, conforme a divisão feita pela própria revista. A edição 2020/2 consistiu em editorial, 3 trabalhos de pesquisa, 3 artigos opinativos e de revisão, 1 relato de caso e 2 resenhas (dissertação de mestrado e livro). A edição 2021/1 deu-se em editorial, 2 trabalhos de pesquisa, 6 opinativos e de revisão, 1 entrevista e 2 resenhas (dissertação de mestrado e livro). A edição 2021/2, por sua vez, consistiu em editorial, 5 trabalhos de pesquisa, 3 opinativos e de revisão, 1 estudo de caso, 1 entrevista e 2 resenhas (tese de doutorado e livro). Entre os autores e participantes dos artigos, resenhas e entrevistas, foram identificados estudantes e profissionais das seguintes áreas: Medicina (especialidades: ginecologia, psiquiatria e gerontologia), Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Educação, Pedagogia, Antropologia, Teologia e Biologia. Em maioria mulheres, mas também com presença de homens, os autores e participantes variaram em estudantes e profissionais, estes em maioria mestres, doutores e professores de universidades, com especializações diversas, incluindo: Sexualidade, Sexologia, Saúde Pública, Educação Sexual, Saúde Sexual e Reprodutiva, Saúde da Mulher, Saúde Coletiva, Psicanálise, Psicologia escolar, Gênero e Sexualidade, Educação Especial, Ética e Sexualidade, Democracia e Direitos Humanos, entre outros. As regiões desses profissionais e universidades variaram, na sua maioria, entre São Paulo, Rio de Janeiro e estados do Nordeste brasileiro.

Como objetos de pesquisa dos artigos, destacam-se a população LGBT, as mulheres e pessoas com deficiência, totalizando respectivamente 8, 6 e 4 artigos os quais têm esses grupos como tema de estudo; além disso, há artigos que abordam esses grupos de forma indireta, e eles também aparecem como assunto em entrevistas, teses e livros, como a entrevista com a psicóloga Yeda Maria Aguiar Portela (Canosa, 2021), a qual falou sobre o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica, e o artigo “Direitos sexuais e reprodutivos: o desafio do exercício da sexualidade na adolescência” (Freitas, Brêtas, 2020), que aponta a propagação pela família de padrões, preconceitos à diversidade sexual e questões de vulnerabilidade feminina. Ao serem abordados, esses grupos são descritos pelos autores como sexualmente marginalizados, por terem sua sexualidade desconsiderada, desrespeitada ou tida como um tabu na sociedade. Além dessas populações que ocuparam o maior número de artigos, as mulheres idosas também foram objeto de pesquisa caracterizado como sexualmente marginalizados no artigo

“Fatores associados à função sexual de mulheres idosas” (Carvalho, Zimmermann, Almeida, Silva, Lima, 2021).

Os autores dos artigos, então, atribuíram importância aos grupos que não a recebiam anteriormente, como é assinalado pelos próprios profissionais, dos quais a maioria também conclui com pedidos à comunidade científica por mais estudos sobre esses mesmos grupos, ressaltando a escassez de informações científicas e pesquisas voltadas para eles. Ao discorrer sobre os grupos citados, os autores apontam a existência de normas sociais, pautadas na cisnormatividade, heterossexualidade e patriarcado, e essas normas são o motivo desses grupos não terem ganhado atenção anteriormente no campo.

No campo sociocultural, a norma é estabelecida pela cultura, isto é, pelos costumes da moral social. Nesse aspecto, a norma consiste naquilo que o grupo social sanciona como condição normal. Toda conduta que foge a esta norma é encarada como desviante. Aqui compreendem-se as perversões sexuais, que são desviantes de uma norma social do desejo sexual. (De Novais Reis, 2020, p. 7)

A ciência sofre influência da cultura, a qual estabelece as normas sociais, ou seja, o grupo considerado normal e os grupos desviantes dessa norma. As vivências desviantes em caráter sexual foram chamadas de perversões. Conforme decorrido no capítulo “Sexologia”, na primeira onda da sexologia, a perversão em foco era a homossexualidade; na segunda onda, nem se falava em vivências divergentes da norma: a sexologia era toda direcionada a uma performance heterossexual considerada ideal. Podemos afirmar, portanto, que a diversidade sexual não tinha espaço na sexologia, e os grupos com sexualidade considerada desviante da norma heterossexual eram marginalizados no campo.

A maioria dos sistemas de julgamento sexual – religioso, psicológico, feminista, ou socialista – objetivam determinar em que lado da linha um ato particular se enquadra. Apenas os atos sexuais no lado bom da linha são reconhecidos como moralmente complexos. Por exemplo, encontros heterossexuais podem ser sublimes ou repugnantes, livres ou forçados, curadores ou destrutivos, românticos ou mercenários. Desde que não violem outras regras, a heterossexualidade é reconhecida por exibir um quadro amplo da experiência humana. Em contraste, todos os atos sexuais no lado ruim da linha são considerados completamente repulsivos e desprovidos de toda nuance emocional. Quanto mais longe da linha está um ato sexual mais ele é representado uniformemente como uma má experiência. (RUBIN, 2012, p. 18).

É perceptível nos artigos analisados a tentativa de retirar deste “lado ruim da linha” certos grupos sexualmente diversos e de pensar a sexualidade com suas diferentes dimensões, considerando as influências sociais, históricas e culturais. O artigo “Qualidade de vida de jovens homossexuais e bissexuais residentes em uma capital do nordeste brasileiro” (Ponso, Carvalho, 2021) introduz seus sujeitos de estudo como vítimas de um processo de marginalização e vulnerabilidade. O autor descreve a sexualidade como “resultado de um longo processo de construção e desconstrução” (p. 9) com origem não apenas no biológico, mas também de uma construção social, a qual é definida pelo momento histórico, social e cultural. O artigo “Fatores associados à função sexual de mulheres idosas” (Carvalho, Zimmermann, Almeida, Silva, Lima., 2021) afirma que a sexualidade não pode ser abordada de forma isolada, pois é influenciada por fatores biológicos, sociais, culturais, psicológicos, econômicos e religiosos, e destaca a influência social sobre a sexualidade de pessoas idosas, por serem rotuladas pela sociedade como pessoas que não podem ou não devem sentir desejo sexual. No artigo “A fisioterapia pélvica na qualidade de vida sexual/afetiva feminina” (Barbosa, Peniche, Rodrigues, Oliveira, Fernandes, 2021), são apontados discursos hostilizadores e preconceitos sobre o prazer feminino, de caráter cultural, que afetam diretamente a sexualidade feminina. O artigo “Autoimagem genital negativa como preditora de distúrbios sexuais em mulheres: possibilidades fisioterapêuticas” (Vasconcelos, Souza, Santos, Ferro, Soares, Mendonça, 2021) promove o conhecimento das influências psicológicas, sociais e emocionais sobre as disfunções sexuais, apontando crenças sociais que atuam sobre as mulheres que favorece a autoimagem genital negativa. O artigo “Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta” (Portela, 2021) traz reflexões sobre a situação de violência doméstica, abordando a relação conjugal, violência de gênero e cultura patriarcal, além de buscar a educação dos profissionais acerca da dimensão social do trabalho com saúde. O artigo “Prevalência de disfunções sexuais entre mulheres atendidas em unidades de saúde de Curitiba” (Silveira Schlossmacher, Bonato, Schlossmacher, 2021) aborda tabus sociais que permeiam a sexualidade e provocam o desconhecimento das mulheres com relação à própria sexualidade, influenciando a sua vivência dela. O artigo “Adesão ao rastreamento do câncer de colo de útero na população trans: revisão integrativa” (Tavares da Mota, Andrade, Gallotti, Barros, Gonzaga, Feitosa, Passos, 2021) introduz a discussão em torno da visibilidade negativa da comunidade LGBT e o efeito disso no aumento do impacto epidemiológico e social nesse grupo com o surgimento da epidemia de AIDS, devido ao

preconceito. O artigo “Revisão sistematizada da literatura científica nacional acerca da história do HIV/AIDS” (Fernandes, Toledo Bruns, 2021) discorre sobre a trajetória da AIDS afirmando a associação de diversas áreas da ciência nessa história, “integrando aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade” (p. 61). O artigo “Funções e disfunções pélvicas: papel da fisioterapia pós cirurgia de afirmação de gênero em mulheres transexuais” (Paganini, Nagahama, Benetti, Estevão, Castiglione, 2021) aborda a identidade de gênero e sexual e sua integração com o corpo e a mente; no artigo, é explanado que a sexualidade envolve os “aspectos psicológicos, sociológicos, religiosos, educacionais, físicos e ambientais” (p. 69), além do biológico. No artigo “Estratégias para a educação sexual de adultos com transtorno do espectro autista” (Vieira Ottoni, Bortolozzi, Vilaça, Marques de Castro Leão, 2021), a sexualidade é tida como uma “dimensão ampla, complexa, histórica, social, cultural, biológica e psicológica” (p. 79); o artigo aponta a decorrência de violência sexual de pessoas com TEA por elas não terem a devida educação sexual, em vista de sua sexualidade ser negligenciada. O artigo “A responsabilidade e a insegurança sob o olhar de mulheres de diferentes gerações após o diagnóstico de HIV: análise de discurso sobre sexualidade” (Suto, Coelho, Paiva, Porcino, Couto, 2020) concebe a sexualidade de acordo com as palavras de Foucault: uma construção histórica, social e cultural, ressaltando uma dimensão simbólica e subjetiva para além da ordem reprodutiva. Ao discorrer sobre a AIDS na contemporaneidade, o artigo afirma a existência de um padrão heterossexual e de opressão de gênero, trazendo como questão a desproteção e falta de autonomia sexual feminina e a invisibilidade da desigualdade de gênero, fatores que implicam em vulnerabilidade ao HIV. O artigo introduz a AIDS na contemporaneidade atravessada por debates sobre valores, moral, direitos humanos e relações de gênero, os quais perpassam o cuidado em saúde. Em “Direitos sexuais e reprodutivos: o desafio do exercício da sexualidade na adolescência” (Freitas, Brêtas, 2020), é debatida a socialização distinta de homens e mulheres, alegando uma construção social de masculinidade que atribui maior liberdade aos meninos. Este artigo apresenta crítica à educação sexista dos jovens, apontando consequências nocivas tanto sociais quanto ao indivíduo, como desconhecimento e falta de autonomia. O artigo “Aspectos socioemocionais envolvidos na transexualidade: um estudo de caso” (Albuquerque, Silva, 2020) apresenta a sexualidade como uma vivência particular do indivíduo, experiência pessoal única, porém marcada profundamente pela cultura em que esse indivíduo está inserido; assim, “visões equivocadas e distorcidas” (p. 30) socialmente propagadas geram mitos e tabus sexuais, causando discriminação de grupos

tidos como “fora do normal” (p. 30). O artigo trata dessa situação referente a pessoas transexuais, entendendo a sexualidade como complexa e abrangente de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual – as duas últimas “construídas socialmente” (p. 30). Também podemos apontar os livros, teses e dissertações objetos das resenhas que compartilham esses aspectos: o livro “Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade” (Trevisan, 2018) dialoga com a dimensão social da sexualidade, referindo-se a sexualidade e gênero como construções sociais trazidas da Europa para o Brasil; a dissertação “Sexualidade e educação sexual de alunos(as) alvo da educação especial: concepções de professores(as)” (Carvalho, 2020) discorre sobre influências de mitos e tabus na vivência sexual de alunos(as) com deficiência; a dissertação “Homem não fala sobre vida sexual!: iniciações, violências e outros apontamentos masculinos sobre sexo e sexualidade” (Queiroz, 2020) disserta sobre a construção da masculinidade, descrevendo gênero e sexualidade como “processos de aprendizado e construção, de ordem relacional e situacional” (Dos Santos Francisco, 2021); o livro “Simplesmente homem: relatos sobre a experiência cotidiana de homens trans” (Uchôa, 2020) também afirma sobre normativas sociais referentes à identidade de gênero; a tese “Um reboco é um reboco: maquiagem como performance de gênero” (Mesquita, 2020) fala sobre a maquiagem como parte da construção identitária e performance de gênero, questionando normas sociais de gênero.

Analisando esses apontamentos, é perceptível nos artigos a preocupação em refletir sobre as diversas dimensões da sexualidade e os fatores sociais e culturais que influenciam na vivência dela. Os artigos trazem relações desses fatores com questões de identidade sexual e, também, de gênero, tratando-os como processos de aprendizado e de construção social. Essa consideração mostra a interação da ciência com os movimentos sociais, incluindo questões e situações que causam movimentação civil – como, por exemplo, o veto da Presidência do Brasil à distribuição gratuita de absorventes, citado no editorial da RBSH da edição 2021/2 (Pinho, 2021). Esses aspectos dos artigos analisados aparecem de forma geral, presentes nos artigos de todas as áreas profissionais, sem uma distinção. A revista, assim, mostra preocupação em ampliar a sexualidade, tratando diversas questões multidisciplinares e afirmando que “a sexualidade humana extrapola os limites da anatomia e fisiologia, e o desempenho sexual depende da integração dos fatores biológico, psicológico, social, cultural, econômico, legal e religioso” (Reis, 2021), como descrito pela presidente da SBRASH Sheila Reis no editorial da RBSH da edição 2021/1.

Entre todos os textos analisados das 3 edições, o único que trata sobre o momento de pandemia do covid-19 é “Prazer sexual em tempos da covid-19: celebrando o Dia Mundial da Saúde Sexual 2020, com a World Association for Sexual Health e a Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana” (Alves, Torres, Pinho, Fagundes, 2020). Como o próprio título expõe, o texto relata o evento de celebração do Dia Mundial da Saúde Sexual de 2020, cujo tema foi a preocupação sobre as possíveis alterações na vivência da sexualidade e o prazer sexual limitado em decorrência da pandemia, considerando o distanciamento social e o estresse.

Na análise dos artigos publicados na Revista Brasileira de Sexualidade Humana nas edições 2020/2, 2021/1 e 2021/2, foi possível perceber duas linhas de pensamento nas intervenções da ciência na sexualidade: uma linha que abrange as ciências biológicas (em sua maioria Medicina e Fisioterapia) e o eixo das ciências humanas (majoritariamente Educação e Psicologia). Ao expor a questão a ser abordada em cada artigo, a solução apresentada e o caminho para buscá-la, a qualidade de vida e o bem-estar são constantemente invocados referentes à sexualidade. Entretanto, estes fatores são vistos de maneiras distintas nessas duas linhas e, por consequência, as intervenções para atingi-los também divergem. Ou seja, embora apresentem semelhanças nos objetos de escolha e na preocupação com dimensões sociais da sexualidade, conforme explicado anteriormente, a perspectiva de como seria uma sexualidade saudável e o caminho para ela são ligeiramente distintos entre essas áreas de conhecimento.

Uma das duas linhas destacadas, que compartilham a mesma perspectiva e propostas de intervenção semelhantes, parte dos artigos escritos por profissionais das áreas de conhecimento das ciências biológicas, em especial a Medicina e a Fisioterapia. Esta linha representada pelas ciências biológicas considera como qualidade de vida no âmbito sexual a satisfação pessoal e o conforto com a performance e o desempenho do ato sexual. Utilizando principalmente revisão de artigos científicos e métodos de medição através de questionários e escalas, os pesquisadores buscam medir a satisfação sexual, classificando-a por fatores como presença de desejo e performance satisfatórias e ausência de dor/desconforto. Através de tais números, estabelecem um mecanismo aceitável para a prática sexual – em que os estágios “passem para o lado bom da linha” – e procuram identificar o que enxergam como “falha” neste mecanismo. As falhas são apontadas como patologia: as disfunções sexuais. As intervenções requeridas na sexualidade, então, são direcionadas como consertos práticos para as disfunções.

Esses aspectos acima mencionados foram identificados em alguns dos trabalhos de pesquisa. Por exemplo, no artigo “Função sexual de mulheres idosas” (Carvalho, Zimmermann, Almeida, Silva, Lima, 2021), a função sexual das participantes é medida por meio de escalas numéricas determinadas em questionários, as quais se referem aos seguintes aspectos: desejo e interesse sexual; preliminares; excitação da mulher e sintonia com o parceiro; conforto; orgasmo e satisfação sexual. A sexualidade das mulheres, assim, é avaliada com relação ao desempenho sexual e à satisfação e está atrelada com presença de desejo, excitação e conforto, os quais devem alcançar uma medida numérica suficiente. No artigo “A fisioterapia pélvica na qualidade de vida sexual/afetiva feminina” (Barbosa, Peniche, Rodrigues, Oliveira, Fernandes, 2021), o foco está na importância do prazer. A intervenção sugerida (fisioterapia pélvica) busca o fortalecimento da musculatura pélvica e o aumento do conhecimento sobre o corpo, as quais são tidas como ferramentas para a melhora da performance, aumento do prazer e ausência de dor/desconforto, caracterizando a perspectiva fisiológica de vivência saudável da sexualidade. Na identificação de falha em um destes fatores, a vivência sexual é tida como patológica e caracterizada como disfunção sexual – a busca, então, seria para evitá-la. No “Estudo comparativo da qualidade de vida sexual em indivíduos com lesão medular: paratletas e não paratletas” (Abreu, Ferreira, Albuquerque, França, Brito e Silva, Priante, Miranda, 2021), a questão da sexualidade é essencialmente a performance do ato sexual dos indivíduos com lesão muscular, considerando a presença ou não de disfunções sexuais. As intervenções consistem em medicalização para consertar as irregularidades – entre elas, fatores emocionais como baixa autoestima e falta de desejo – que causem as disfunções. Em “Autoimagem genital negativa como preditora de distúrbios sexuais em mulheres: possibilidades fisioterapêuticas” (Vasconcelos, Souza, Santos, Ferro Soares, Mendonça, 2021), é almejada a prática sexual que proporcione “bem-estar, autoconfiança e segurança baseada na autoestima” (p. 64). Para tanto, segundo os pesquisadores, é estabelecido um mecanismo de resposta sexual, o qual é dividido em fases: desejo, excitação, orgasmo ou resolução. Irregularidades em uma das fases seria um dos Distúrbios Sexuais Femininos (DSF), classificados em: vaginismo, distúrbio da excitação feminina, dispareunia, transtorno sexual do orgasmo feminino e desejo sexual hipotivo. Seguindo a mesma linha, o artigo “Abordagem de queixas sexuais em consulta de psiquiatria geral: a partir de uma revisão de literatura” (Almeida, Marinho, 2021) considera a presença de disfunção sexual ou não sobre a vivência da sexualidade dos

pacientes atendidos. As intervenções utilizadas consistem em técnicas cognitivo-comportamentais e medicalização para corrigir disfunções.

Portanto, analisando esses artigos escritos por profissionais das ciências biológicas como a Medicina, Fisioterapia e Enfermagem, é encontrada uma noção de sexualidade saudável baseada em um mecanismo estabelecido, uma prática sexual com presença de desejo e performance satisfatórios e ausência de dor/desconforto. O foco de intervenção está na identificação das “falhas” neste mecanismo, as quais são consideradas disfunções, e na busca por sua correção. Essa perspectiva de sexualidade tem sua raiz na medicina e vem se estabelecendo no campo desde a segunda onda da sexologia (Russo 2011), conforme visto anteriormente. É nesse período que os profissionais do campo da sexologia, chamados por Béjin (1987) de “orgasmólogos”, estabelecem uma performance sexual ideal e passam a concentrar-se na correção de seus desvios – as disfunções sexuais. Assim segue ainda, pois a preocupação desses profissionais, como é visto nos artigos, continua a centrar-se nas disfunções sexuais, identificadas por medições tendo como base um modelo de performance estabelecida como ideal.

Esta linha de pensamento pode ser chamada de “medicina sexual”, termo amplamente utilizado pelos profissionais das áreas citadas, pois sua perspectiva relaciona-se com a medicalização da sexualidade. Conceitua-se medicalização como “o fato de definir um problema em termos médicos, utilizar uma linguagem médica para descrevê-lo, adotar um quadro de pensamento médico para compreendê-lo e utilizar formas de intervenções da medicina para tratá-lo” (CONRAD & SCHNEIDER, 1980). Além disso, o termo “função sexual” é bastante utilizado nesses artigos como o principal objeto de análise, o que demonstra a base orgânica desta visão de sexualidade e a centralização no funcionamento da performance sexual – e na falta dele. Como afirma Giami (2009), “o termo ‘função sexual’ permite, assim, dar um fundamento orgânico à realização desta atividade, sendo o termo utilizado para caracterizar as escalas de avaliação da função sexual” e, sendo assim, “a medicina sexual não é, então, uma medicina da sexualidade no sentido amplo do termo, mas somente uma medicina das perturbações que afetam a realização da função sexual do homem e da mulher.”

Os artigos abrangentes da segunda linha de pensamento identificada na revista, então, são escritos por profissionais da Psicologia, Educação, Teologia e Antropologia – sendo a maioria assinados por profissionais da Psicologia e da Educação. Por meio de estudos de caso e análise de discurso, majoritariamente, estas áreas veem a sexualidade

como responsabilidade da família, da escola e das políticas públicas. Uma sexualidade saudável consiste em ter abertura e acolhimento para viver a sexualidade do modo de sua escolha, com acesso a atendimento humanizado e respeitador na saúde pública, educação e conhecimento para garantia dos direitos sexuais e exercício da sexualidade com autonomia, responsabilidade, escolhas conscientes e segurança. Ao se referir à perspectiva de sexualidade baseada nos direitos sexuais, Giami (2009) descreve:

A sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem-estar individual, interpessoal e social. Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, dignidade e igualdade para todos os seres humanos. A saúde sexual é um direito fundamental, então ela deve ser um direito humano básico. Para assegurarmos que os seres humanos e a sociedade desenvolvam uma sexualidade saudável, os seguintes direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos por todas as sociedades de todas as maneiras. Saúde sexual é o resultado de um ambiente que reconhece, respeita e exercita estes direitos sexuais (GIAMI, 2009).

Essas áreas, então, apresentam um viés político e social da sexualidade, apontando como caminho o respeito aos direitos sexuais, e a educação como garantia disso. Isso está expresso desde os editoriais das edições 2020/2 (Zacharias, 2020) e 2021/2 (Pinho, 2021) da RBSH. O primeiro é escrito por um profissional formado em Teologia e Pedagogia, especializado em Educação Sexual e Democracia e direitos humanos. Em contexto de pandemia, ele adverte sobre o negacionismo à ciência e o perigo do seu direcionamento ao preconceito, afirmando que "há outros tipos de isolamento e distanciamento que nos fazem muito mais mal, como o ódio, a intolerância, o preconceito, a discriminação, a imbecilidade." (p.7). Para o autor, a chave para combater tais males é a educação sexual. Além disso, amplia a perspectiva da sexualidade para outras dimensões de prazer além da realização sexual. O editorial da edição 2021/2, escrito por uma profissional da educação sexual, também foca em questões políticas de garantia de direitos sexuais – neste caso, das mulheres. A autora aborda a situação de veto do Presidente do Brasil à distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes de escolas públicas, presidiárias e mulheres em situação de rua e/ou de vulnerabilidade, ressaltando a mobilização civil e de movimentos sociais em favor do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual aprovado na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Nesse editorial, é apontada essa situação como questão de dignidade humana, referenciando a importância da garantia de dignidade menstrual sem vergonha ou estigmas. Assim, o

problema apontado no editorial é socioeducacional, mais especificamente “tabus e preconceitos” (p. 6), como descrito no editorial.

Esta linha domina as categorias referentes a entrevistas e resenhas de livro, teses e dissertações. A entrevista da edição de 2021/2 (Canosa, 2021) é com a psicóloga Yeda Maria Aguiar Portela, que conta sobre a utilização da psicologia e sexologia no trabalho policial sobre a violência doméstica, focando sua fala na opressão de gênero e promovendo o atendimento humanizado a mulheres que sofrem essa violência. A entrevista da edição 2021/1 (Souza Pinho, 2021) é com a psicanalista e escritora Regina Navarro Lins, a qual atenta para a diversidade sexual, questões de gênero e opressões, assinalando o desafio social que permeia as mudanças dentro de relações amorosas, como a difusão do poliamor. A entrevista da edição de 2020/2 (Fagundes, 2020) é feita com a educadora sexual Lena Vilela, que reflete sobre a importância da preparação dos pais e mães para comunicar-se com seus filhos e filhas sobre sexualidade, apontando a responsabilidade da família na educação sexual dos adolescentes. As resenhas das edições também seguem essa linha, abrangendo livros, dissertações e teses, como o livro “Ética e direitos sexuais” (ZACHARIAS, 2021), que indica a educação em sexualidade como “modo mais eficaz de combater a desigualdade, a discriminação, a indiferença, a exclusão, a violência e a injustiça” (p. 164), importando-se com o direito democrático da sexualidade e a afirmação da diversidade sexual. O livro “Simplesmente homem” (UCHÔA, 2020), que descreve as complexidades da vivência do homem trans criticando a transfobia e os estereótipos de masculinidade; a dissertação “Homem não fala sobre vida sexual!” (QUEIROZ, 2020), que mostra a violência por trás dos processos de construção de gênero e sexualidade. A dissertação de mestrado “Sexualidade e educação sexual de alunos(as) alvo da educação especial: concepções de professores(as)” (CARVALHO, 2020) atenta para a influência dos tabus e mitos sobre sexualidade em alunos com deficiência e ressalta a importância da educação em sexualidade, destacando o papel da escola. O livro “Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade” (TREVISAN, 2018), que traz os principais acontecimentos históricos referentes à construção e experiência homossexual no Brasil, evocando criticamente os preconceitos.

Enquanto vemos a presença da Teologia e da Antropologia nas resenhas pensando as construções sociais acerca de gênero e sexualidades, além de seus estereótipos e preconceitos, a Psicologia e a Educação – também presentes nestas categorias – dominam

os trabalhos de pesquisa e artigos opinativos/de revisão, embora ainda sejam menos expressivos quantitativamente nestas categorias em relação à outra linha identificada. Em “Diálogo sobre sexualidade na comunicação entre pais e filhos adolescentes” (Costa, Missiatto, Martines, 2021), de profissionais da Psicologia, a sexualidade é descrita como uma construção social e que está sob a responsabilidade da família do indivíduo e da escola. Neste artigo, ocorre o questionamento de normatividades e a busca pela promoção de discussões e práticas a fim de colaborar com a educação sexual. A educação sexual seria o caminho adequado para a saúde sexual; esta, por sua vez, consiste em abertura para falar do tema sexualidade, propagar ideologias de igualdade de gêneros e respeito, liberdade para expressar sua identidade, redução do preconceito, propagar importância do prazer e da satisfação pessoal. O artigo “Violência psicológica: dificuldade em romper o vínculo afetivo em uma relação conjugal violenta” (Portela, 2021), de autora da área da Educação, expressa como as relações afetivas são influenciadas negativamente por questões estruturais – violência estrutural, institucionalizada, autoritarismo, patriarcalismo, machismo e heterossexismo. A autora, então, promove o respeito aos direitos humanos, em especial a igualdade de gêneros e de identidades sexuais, além de sugerir intervenção pautada na educação dos profissionais de saúde acerca de dimensão social do trabalho em saúde. O artigo de educadores sexuais “Revisão sistematizada da literatura científica nacional acerca da história do HIV/AIDS” (Fernandes, Toledo Bruns, 2021) aponta, como resposta à propagação de HIV, a importância da família e da escola na saúde sexual, por meio do diálogo familiar esclarecedor e amoroso. Em “Estratégias para a educação sexual de adultos com transtorno do espectro autista” (Ottoni, Bortolozzi, Vilaça, Marques de Castro Leão, 2021), desenvolvido por autoras da Educação e da Psicologia, as estratégias citadas visam a educação sexual de adultos autistas como uma garantia de direitos. O artigo “Direitos sexuais e reprodutivos: o desafio do exercício da sexualidade na adolescência” (Freitas, Brêtas, 2020), da Pedagogia e da Psicologia, analisa práticas discursivas sobre sexualidade entre adolescentes estudantes e mostra a propagação de padrões e preconceitos por parte da família. Os autores ressaltam a importância da educação sexual para evitar estes preconceitos e a responsabilidade da família, da escola e das políticas públicas na educação sexual dos jovens.

Nesses artigos, a presença do termo “saúde sexual” é destacada, termo que também é utilizado pela OMS, diretamente relacionado aos direitos sexuais. Podemos, assim, chamar este eixo de “saúde sexual” e, como afirma Giami (2009), “fica explícito

que a definição da saúde sexual é construída em referência à noção de direitos sexuais, o que coloca a questão da saúde sexual não mais exclusivamente em termos médicos, mas em termos políticos” (p. 25).

É notável pelos artigos que, com seu viés mais educacional e social, este eixo continua a ir de encontro ao viés médico-fisiológico, em um debate que polariza o campo da sexologia, mas que também se influenciam mutuamente, principalmente sobre a concepção das intervenções a serem propostas. Alguns artigos analisados os quais são das áreas profissionais da linha da medicina sexual que divergem da descrição citada em alguns aspectos. O artigo “Qualidade de vida de jovens homossexuais e bissexuais residentes em uma capital do nordeste brasileiro” (Ponso, Carvalho, 2021), desenvolvido por profissionais da medicina, dessemelha sua caracterização de sexualidade saudável dos outros artigos citados, a qualificando como acesso à saúde, lazer, educação, geração de renda, alimentação e moradia digna aos indivíduos sexualmente diversos marginalizados pela sociedade – embora ainda siga a lógica de processo saúde-doença e evitação de patologias. O artigo “Função do assoalho em pessoas transgêneros: uma análise das funções urogenitais, anorretais e sexuais” (Souza, Motta, Castiglione, Schulze Burti, 2021), é escrito por profissionais da fisioterapia e focado na fisiologia, almejando como sexualidade saudável uma satisfação e a presença de desejo sem disfunções/distúrbios, conforme a visão descrita anteriormente sobre os artigos da área médica. Em contrapartida, a intervenção recomendada não está na reparação fisiológica desses distúrbios; a solução foi encontrada na atenção e respeito das políticas públicas às pessoas transgêneros e seu acesso à saúde pública. Os profissionais da enfermagem, no artigo “Adesão ao rastreamento do câncer de colo de útero na população trans: revisão integrativa” (Tavares da Mota, Andrade, Gallotti, Dantas Barros, Gonzaga, Feitosa, Silveira Passos, 2021), também concluíram com a mesma intervenção: o acesso da população trans na saúde pública, além do tato dos profissionais com estes pacientes, é a chave para a adesão deles à prevenção de doenças. Já em “Funções e disfunções pélvicas: papel da fisioterapia pós cirúrgica de afirmação de gênero em mulheres transexuais” (Paganini, Nagahama, Benetti, Estevão, Castiglione, 2021), que descreve a sexualidade saudável pelos aspectos “funcionalidade, estética e qualidade de vida” (p. 68), o objetivo dos fisioterapeutas é evitar disfunções sexuais por meio da fisioterapia, o que converge com as intervenções descritas anteriormente sobre o primeiro eixo. Entretanto, essa intervenção provém de uma conclusão anterior: os autores afirmam que a cirurgia impacta

negativamente na funcionalidade sexual, porém traz maior qualidade de vida por fatores psicológicos. Portanto, embora o objetivo seja evitar a disfunção sexual, conclui-se que a escolha do paciente sobre a forma de viver seu corpo e sua sexualidade é mais significativa para a vivência de uma sexualidade saudável. Esses artigos são, em seus demais aspectos, semelhantes aos outros artigos da primeira linha descrita, com os quais compartilham as mesmas áreas profissionais. Porém, nos aspectos descritos – principalmente tratando-se das intervenções propostas – os autores divergem. Dessa vez, aparece a responsabilidade das políticas públicas sobre a sexualidade da população. O respeito às escolhas e o acesso à saúde pública apresentam maior peso para a vivência saudável da sexualidade. Esses fatores se assemelham com os artigos publicados por profissionais da Educação e da Psicologia, que constituem a segunda linha de pensamento constatada.

Os artigos escritos por profissionais da Enfermagem são os que mais apresentam mistura entre as duas linhas de pensamento descritas, pois, além dos artigos recém citados – caracterizados em uma linha e que divergem em alguns aspectos –, há artigos que se caracterizam na linha da medicina sexual, como “Fatores associados à função sexual de mulheres idosas” (Carvalho, Zimmermann, Almeida, Silva, Lima, 2021) como já descrito neste capítulo; há artigos caracterizados na linha da saúde sexual, como “A responsabilidade e a insegurança sob o olhar de mulheres de diferentes gerações após o diagnóstico de HIV: análise de discurso sobre sexualidade” (Suto, Coelho, Paiva, Porcino, Couto, 2020), que busca uma sexualidade que não seja negada, promovendo cuidados e habilidades profissionais na saúde pública com as mulheres, em detrimento da vulnerabilidade feminina e do preconceito que a atinge.

O espectro com estes dois polos distintos que, conforme vimos na contextualização da sexologia, marcam a sua história, continua presente, dialogando. Dentro da Revista Brasileira de Sexualidade Humana – palco de uma relevante associação entre profissionais atuantes na pesquisa em sexologia no Brasil – aparecem lado a lado, considerando o equilíbrio do espaço disponibilizado para ambas as linhas descritas. Em alguns artigos, como vimos, dialogam e concordam; em outros, as diferenças são fortemente estabelecidas. Além dos artigos que seguem inteiramente a mesma perspectiva e todos os aspectos característicos de seu eixo, há alguns artigos interdisciplinares que expressam essa dualidade. O artigo “Análise biopsicossocial sobre a síndrome de insensibilidade androgênica: um estudo de caso” (Carvalho, Carvalho, Ferreira, Lino,

2021) é escrito por duas estudantes da Medicina, uma profissional da Psicologia e uma profissional da Enfermagem. O artigo expressa a dificuldade de chegar a uma conclusão única unindo as diferentes linhas de pensamento, indicando o encaixe em um binarismo como uma prática médica que não conversa com o respeito ao paciente, suas decisões e as ambiguidades próprias da vida humana. O artigo “Prevalência de disfunções sexuais entre mulheres atendidas em unidades de saúde de Curitiba” (Silveira Schlossmacher, Bonato, Schlossmacher, 2021) também é interdisciplinar, escrito por um estudante de medicina e duas profissionais da Psicologia. Neste artigo, a sexualidade consiste na presença ou não de disfunções sexuais, característica da linha que chamamos de medicina sexual; em contrapartida, a intervenção é respaldada na educação sexual através da saúde pública, característica da linha que chamamos de saúde sexual. Nos dois artigos acima, os quais articulam explicitamente aspectos biomédicos com aspectos psicossociais, é perceptível a presença das duas linhas de pensamento identificadas – Medicina Sexual e Saúde Sexual – que configuram o campo das disputas da Sexologia, assim como a influência entre elas. Em um dos dois artigos, vemos a divergência e, em outro, a possibilidade de diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das edições 2020/2, 2021/1 e 2021/2 da Revista Brasileira de Sexualidade Humana, foi possível ter uma visão ampla do cenário atual da ciência no Brasil dentro da área da sexualidade. Assim, é possível percebermos as preocupações, as convergências e as divergências dentro do campo da sexologia e analisar o olhar da ciência sobre a sexualidade.

Considerando a totalidade dos artigos analisados, foi identificado um foco maior em pesquisar sobre a vivência de grupos cuja sexualidade era marginalizada anteriormente dentro do campo, seja por ser invisibilizada ou até mesmo rejeitada. Entre esses grupos, destacam-se pessoas transexuais, homossexuais e mulheres, os quais apareceram em maior quantidade como objeto de pesquisa dos artigos e das obras das resenhas. A revista mostrou uma tentativa de abertura a essas populações na sexologia e promoção da diversidade sexual, criticando o preconceito.

Ao tratar da rejeição desses grupos, os profissionais discorreram sobre as normas e padrões, assim como os tabus e preconceitos, tanto na sociedade quanto na ciência, mostrando as suas influências na vivência individual da sexualidade. Assim, houve destaque para os aspectos sociais e culturais que influenciam na sexualidade, ressaltando as diversas dimensões da sexualidade para além do biológico.

Entretanto, quando foram analisados os objetivos para uma vivência saudável da sexualidade e as intervenções para chegar nela, os artigos divergiam entre duas linhas de pensamento. A primeira, que chamamos de “medicina sexual”, apresentou-se semelhante à segunda e terceira onda da sexologia, nas quais atuavam os profissionais apelidados de “orgasnólogos”: a perspectiva de uma sexualidade saudável a ser tida como objetivo é baseada na satisfação pessoal e na performance sexual, considerando aspectos como presença de desejo e funcionalidade do corpo. Tais aspectos são classificados e medidos e, assim, são identificadas “falhas” nesses processos, as quais são consideradas disfunções. As intervenções, então, são dirigidas à correção dessas disfunções. A segunda linha, que chamamos de “saúde sexual”, apresentou um viés mais político, pois seu foco para uma sexualidade saudável é a autonomia, abertura e acolhimento para viver a própria sexualidade da maneira de sua escolha e sua identificação, sem opressões e preconceitos.

O caminho para tanto, segundo esta linha, está na educação sexual, a qual é responsabilidade da família, da escola e das políticas públicas.

A linha da “medicina sexual” foi mais encontrada nos artigos escritos por profissionais da Medicina e da Fisioterapia, presentes nos trabalhos de pesquisa e nos artigos opinativos e de revisão. Já a linha da “saúde sexual” estava mais presente nos textos dos profissionais de Psicologia e Educação e dominavam as entrevistas, as resenhas e os editoriais, aparecendo também entre os outros artigos e estudos de caso. As duas linhas se apresentaram quase integrais na maioria dos artigos, porém é visível a conversa entre os dois polos, pois havia alguns aspectos de uma linha que aparecia em textos que eram majoritariamente de outra, como textos voltados às disfunções sexuais que promoviam intervenções nas políticas públicas. Os textos que apresentavam maior mistura dos polos foram os artigos escritos por profissionais da Enfermagem, que variavam no espectro.

Analisando a conversa entre essas duas linhas dentro da revista, foi significativamente mais intensa a influência da linha da “saúde sexual”, que apareceu derramando-se mais pelo outro lado, mostrando a tentativa da SBRASH, em sua revista, de trazer maior promoção da educação sexual e importância às políticas públicas. A revista ressalta, até mesmo em seus editoriais, a importância de pensarmos as dimensões sociais, psicológicas e políticas da sexualidade, promovendo o acolhimento a todas as vivências desta com respeito e autonomia, em especial com relação à diversidade sexual. A SBRASH, portanto, por meio da revista, parece buscar mais espaço para o viés político e social dentro do campo da sexologia para além das dimensões biológicas e fisiológicas dominadas pela área médica. Logo, a atenção da RBSH em abranger todas essas diversas dimensões sobre a sexualidade e buscar equilibrar os espaços para cada área mostra a complexidade da sexualidade humana. Vemos as suas inúmeras influências e, assim, a importância da conversa multidisciplinar equilibrada para pensar as intervenções em sexualidade.

EDIÇÃO 2021/2

Editorial

TRABALHOS DE PESQUISA

QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS HOMOSSEXUAIS E
BISSEXUAIS RESIDENTES EM UMA CAPITAL DO NORDESTE
BRASILEIRO

FATORES ASSOCIADOS À FUNÇÃO SEXUAL DE
MULHERES IDOSAS

DIÁLOGO SOBRE SEXUALIDADE NA COMUNICAÇÃO
ENTRE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES

A FISIOTERAPIA PÉLVICA NA QUALIDADE DA VIDA
SEXUAL/AFETIVA FEMININA

ESTUDO COMPARATIVO DA QUALIDADE DE VIDA SEXUAL EM
INDIVÍDUOS COM LESÃO MEDULAR: PARATLETAS E NÃO
PARATLETAS

OPINATIVOS E DE REVISÃO

AUTOIMAGEM GENITAL NEGATIVA COMO PREDITORA DE
DISTÚRBIOS SEXUAIS EM MULHERES: POSSIBILIDADES
FISIOTERAPÊUTICAS

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: DIFICULDADE EM ROMPER O
VÍNCULO AFETIVO EM UMA RELAÇÃO CONJUGAL VIOLENTA

ABORDAGEM DE QUEIXAS SEXUAIS EM CONSULTA DE
PSIQUIATRIA GERAL: A PARTIR DE UMA REVISÃO DA
LITERATURA

ESTUDO DE CASO

ANÁLISE BIOPSISSOCIAL SOBRE A SÍNDROME DE
INSENSIBILIDADE ANDROGÊNICA: UM ESTUDO DE CASO

RESENHA DE LIVRO

ÉTICA E DIREITOS SEXUAIS

RESENHA DE TESE

“UM REBOCO É UM REBOCO”: MAQUIAGEM COMO
PERFORMANCE DE GÊNERO

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A PSICÓLOGA, SEXÓLOGA E POLICIAL CIVIL
YEDA MARIA AGUIAR PORTELA

EDIÇÃO 2021/1

EDITORIAL

TRABALHOS DE PESQUISA

FUNÇÃO DO ASSOALHO PÉLVICO EM PESSOAS
TRANSGÊNEROS: UMA ANÁLISE DAS FUNÇÕES UROGENITAIS,
ANORRETAIS E SEXUAIS

PREVALÊNCIA DE DISFUNÇÕES SEXUAIS ENTRE MULHERES
ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE DE CURITIBA

OPINATIVOS E DE REVISÃO

AUTOIMAGEM E PERCEPÇÃO CORPORAL DURANTE O
PERÍODO GESTACIONAL: EXISTE INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO
FÍSICO? REVISÃO INTEGRATIVA

ADESÃO AO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO
NA POPULAÇÃO TRANS: REVISÃO INTEGRATIVA

REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA CIENTÍFICA
NACIONAL ACERCA DA HISTÓRIA DO HIV/AIDS

FUNÇÕES E DISFUNÇÕES PÉLVICAS: PAPEL DA FISIOTERAPIA
PÓS CIRURGIA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO EM MULHERES
TRANSEXUAIS

ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADULTOS COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O PERFIL CLÍNICO DE PACIENTES PORTADORES DE SÍFILIS
ATENDIDOS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E
AMBULATORIAL – REVISÃO INTEGRATIVA

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A PSICANALISTA E ESCRITORA - REGINA
NAVARRO LINS

RESENHA DE LIVRO

SIMPLESMENTE HOMEM: RELATOS SOBRE A EXPERIÊNCIA
COTIDIANA DE HOMENS TRANS

RESENHA DE DISSERTAÇÃO

“HOMEM NÃO FALA SOBRE VIDA SEXUAL!”: INICIAÇÕES,
VIOLÊNCIAS E OUTROS APONTAMENTOS MASCULINOS SOBRE
SEXO E SEXUALIDADE

EDIÇÃO 2020/2

EDITORIAL

TRABALHOS DE PESQUISA

A RESPONSABILIDADE E A INSEGURANÇA SOB O OLHAR DE MULHERES DE DIFERENTES GERAÇÕES APÓS O DIAGNÓSTICO DE HIV: ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE SEXUALIDADE

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O DESAFIO DO EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS ENVOLVIDOS NA TRANSEXUALIDADE: UM ESTUDO DE CASO

OPINATIVOS E DE REVISÃO

“PRAZER SEXUAL EM TEMPOS DA COVID-19”: CELEBRANDO O DIA MUNDIAL DE SAÚDE SEXUAL 2020, COM A WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH E A SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA

ASSOCIAÇÃO ENTRE DISFUNÇÕES ANORRETAIS E PRÁTICA DE SEXO ANAL EM HOMOSSEXUAIS DO SEXO MASCULINO QUE UTILIZAM O ÂNUS COMO VIA ÚNICA DE SEXO: REVISÃO DE LITERATURA

O POLIAMOR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: DEFINIÇÕES, GÊNERO, CIÚME E PRECONCEITO

RELATOS DE CASO

UM CASO DE EJACULAÇÃO RETARDADA EM PACIENTE COM TAG E TOC

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM A ENFERMEIRA, EDUCADORA SEXUAL ESPECIALISTA EM SAÚDE PÚBLICA E EM SEXUALIDADE HUMANA - LENA VILELA

RESENHA DE TESE

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE ALUNOS (AS) ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES (AS)

RESENHA DE LIVRO

DEVASSOS NO PARAÍSO: A HOMOSSEXUALIDADE NO BRASIL, DA COLÔNIA À ATUALIDADE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Béjin, A. (1987). Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. *Sexualidades ocidentais*, 3.

Conselho Nacional de Saúde. Recomendações 2020, 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020>. Acesso em: 24 de set. de 2022.

de Novais Reis, M. (2020). A psicopatologia da sexualidade: articulações entre uma psicanálise do presente e uma sexologia do futuro. *Diálogos Interdisciplinares*, 9(4), 1-18.

Duarte, L. F. D. (1989). A psychopathia sexualis de Krafft-Ebing, ou o progresso moral pela ciência das perversões: 2ª parte. *J. bras. psiquiatr*, 119-23.

Freud, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006f. v. VII.

Giami, A. (2007). Saúde sexual: a medicalização da sexualidade e do bem-estar. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 18(1).

Giami, A. (2009). Sexologia, saúde sexual, direitos sexuais, medicina sexual: um campo em movimento. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 20(1).

Oosterhuis, Harry Richard von Krafft-Ebing's "step children of nature": psychiatry and the making of homosexuality In: Rosário, V. (Org.). *Science and Homosexuality*. Nova Iorque: Routledge, 1997.

Rohden, F. (2009). Diferenças de gênero e medicalização da sexualidade na criação do diagnóstico das disfunções sexuais. *Revista Estudos Feministas*, 17, 89-109.

Rubin, G. (2012). *Pensando Sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade*.

Russo, J. A. (2011). O campo da sexologia e seus efeitos sobre a política sexual. *Sexualidade e política na América Latina*, 174.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA.
Revista Brasileira de Sexualidade Humana (?). Disponível em:
https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/index. Acesso em: 24 de set. de 2022.

Tiefer, Leonore. (2006) “The Viagra Phenomenon.” *Sexualities*, v. 9, n. 3.

World Health Organization. (2015). *Brief sexuality-related communication: recommendations for a public health approach*. World Health Organization.

FONTES PRIMÁRIAS

1. EDIÇÃO 2020/2 – REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Zacharias, R. (2020). EDITORIAL. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 31(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i2.887>

Suto, C. S. S., Coelho, E. de A. C., Paiva, M. S., Porcino, C., & Couto, P. L. S. . (2020). A RESPONSABILIDADE E A INSEGURANÇA SOB O OLHAR DE MULHERES DE DIFERENTES GERAÇÕES APÓS O DIAGNÓSTICO DE HIV: ANÁLISE DE DISCURSO SOBRE SEXUALIDADE. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 31(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i2.321>

Freitas, M. J. D. . de ., & Brêtas, J. R. (2020). DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: O DESAFIO DO EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 31(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i2.679>

Albuquerque, R. N. de, & Silva, M. M. R. da . (2021). ASPECTOS SOCIOEMOCIONAIS ENVOLVIDOS NA TRANSEXUALIDADE: UM ESTUDO DE CASO. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 31(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i2.638>

Alves, A. B., Torres, C. R. de O. V. ., Pinho, M. J. S., & Fagundes, T. C. P. C. . (2020). PRAZER SEXUAL EM TEMPOS DA COVID-19: CELEBRANDO O DIA MUNDIAL DE SAÚDE SEXUAL 2020, COM A WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH E A SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS EM SEXUALIDADE HUMANA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 31(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i2.790>

Fagundes, T. C. (2020). ENTREVISTA COM A ENFERMEIRA, EDUCADORA SEXUAL ESPECIALISTA EM SAÚDE PÚBLICA E EM SEXUALIDADE HUMANA - LENA VILELA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 31(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v31i2.610>

Longhitano, B. (2020). SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL DE ALUNOS (AS) ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES (AS). *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 31(2).

2. EDIÇÃO 2021/1 – REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Reis, S. (2021). EDITORIAL. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.993>

Souza, A. R. de ., Noffs Motta, S., Castiglione, M. ., & Schulze Burti, J. (2021). FUNÇÃO DO ASSOALHO PÉLVICO EM PESSOAS TRANSGÊNEROS: UMA ANÁLISE DAS FUNÇÕES UROGENITAIS, ANORRETAIS E SEXUAIS. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.917>

Silveira Schlossmacher, C., Bonato, F., & Schlossmacher, L. (2021). PREVALÊNCIA DE DISFUNÇÕES SEXUAIS ENTRE MULHERES ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE DE CURITIBA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.961>

Tavares da Mota, A., dos Santos Andrade, D., Costa Martins Gallotti, F., Dantas Barros, F., Freire Gonzaga, L., Feitosa, L., & Silveira Passos, T. (2021). ADESÃO AO RASTREAMENTO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO NA POPULAÇÃO TRANS: REVISÃO INTEGRATIVA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.889>

Fernandes, I., & Alves de Toledo Bruns, M. (2021). REVISÃO SISTEMATIZADA DA LITERATURA CIENTÍFICA NACIONAL ACERCA DA HISTÓRIA DO HIV/AIDS. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.916>

Paganini, R., Nagahama, A., Antico Benetti, F., Estevão, A., & Castiglione, M. (2021). FUNÇÕES E DISFUNÇÕES PÉLVICAS - PAPEL DA FISIOTERAPIA PÓS CIRURGIA DE AFIRMAÇÃO DE GÊNERO EM MULHERES TRANSEXUAIS. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.963>

Vieira Ottoni, A. C., Bortolozzi, A. C. ., Vilaça, M. T., & Marques de Castro Leão, A. (2021). ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL DE ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.966>

Souza Pinho, M. J. (2021). ENTREVISTA COM A PSICANALISTA E ESCRITORA - REGINA NAVARRO LINS. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.990>

dos Santos Francisco, A. H. (2021). “HOMEM NÃO FALA SOBRE VIDA SEXUAL!”: INICIAÇÕES, VIOLÊNCIAS E OUTROS APONTAMENTOS MASCULINOS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(1). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i1.975>

3. EDIÇÃO 2021/2 – REVISTA BRASILEIRA DE SEXUALIDADE HUMANA

Pinho, M. J. S. (2021). EDITORIAL. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.1024>

Ponso, N., & Carvalho, R. de C. (2021). QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS HOMOSSEXUAIS E BISSEXUAIS RESIDENTES EM UMA CAPITAL DO NORDESTE BRASILEIRO. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.980>

Carvalho, J. C., Zimmermann, R. D., Almeida, M. da C. L. de ., Silva, S. R. de A., & Lima, M. de F. G. (2021). FATORES ASSOCIADOS À FUNÇÃO SEXUAL DE MULHERES IDOSAS. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.979>.

Costa, A. C. A. da ., Missiatto, L. A. F., & Martines, E. A. L. de M. . (2021). DIÁLOGO SOBRE SEXUALIDADE NA COMUNICAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.978>

Barbosa, P. R., Peniche, C. B., Rodrigues, C. N. C., Oliveira, E. de, & Fernandes, R. do S. da S. M. (2021). A FISIOTERAPIA PÉLVICA NA QUALIDADE DA VIDA SEXUAL/AFETIVA FEMININA. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.974>

Oliveira Abreu, L., Romana Matos Amaral Ferreira, G. ., de Lima Albuquerque, W., Corpes Oliveira França, I. ., Cristine Brito e Silva, S., Helouise da Costa Priante, C.,

& Jeane Claudino de Pontes Miranda, C. (2021). ESTUDO COMPARATIVO DA QUALIDADE DE VIDA SEXUAL EM INDIVÍDUOS COM LESÃO MEDULAR: PARATLETAS E NÃO PARATLETAS . Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.962>

Vasconcelos, P. P. de S., Souza, R. R. dos S., Santos, W. H. dos, Ferro, J. K. de O., Soares, R. R., & Mendonça, S. de S. (2021). AUTOIMAGEM GENITAL NEGATIVA COMO PREDITORA DE DISTÚRBIOS SEXUAIS EM MULHERES: POSSIBILIDADES FISIOTERAPÊUTICAS. Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.976>

Portela, Y. (2021). VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA: DIFICULDADE EM ROMPER O VÍNCULO AFETIVO EM UMA RELAÇÃO CONJUGAL VIOLENTA. Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.987>

Almeida, D., & Marinho, G. (2021). ABORDAGEM DE QUEIXAS SEXUAIS EM CONSULTA DE PSIQUIATRIA GERAL: A PARTIR DE UMA REVISÃO DA LITERATURA. Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.791>

Carvalho, C. de S., Carvalho, E. L. F. de, Ferreira, L. A., & Lino, A. L. P. (2021). ANÁLISE BIOPSISSOCIAL SOBRE A SÍNDROME DE INSENSIBILIDADE ANDROGÊNICA: UM ESTUDO DE CASO. Revista Brasileira De Sexualidade Humana, 32(2). <https://doi.org/10.35919/rbsh.v32i2.986>

Canosa, A. (2021). ENTREVISTA COM A PSICÓLOGA, SEXÓLOGA E POLICIAL CIVIL YEDA MARIA AGUIAR PORTELA. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 32(2).

4. TESES, DISSERTAÇÕES E LIVROS

CARVALHO, Leilane Raquel Spadotto de. Sexualidade e educação sexual de alunos(as) alvo da educação especial: concepções de professores(as). 2020. Dissertação

(Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

MESQUITA, Márcia. “Um reboco é um reboco”: maquiagem como performance de gênero. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

QUEIROZ, Thuani Coutinho Gomes de. “Homem não fala sobre vida sexual!”: iniciações, violências e outros apontamentos masculinos sobre sexo e sexualidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

TREVISAN, J. S. (2018). Devassos no Paraíso (4a edição, revista e ampliada): A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Objetiva.

UCHÔA, Luiz Fernando Prado. Simplesmente homem: relatos sobre a experiência cotidiana de homens trans. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

ZACHARIAS, Ronaldo. Ética e direitos sexuais. São Paulo: Ideias & Letras, 2021.